PORTARIA DE OUTORGA Nº 397 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

O Diretor de Gestão e Recursos Hídricos da Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 10.143, de 16 de dezembro de 2013, modificada pelo Decreto nº 4393-R, de 22 de março de 2019 e pela Lei Complementar nº 1.108 de 30 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º Outorgar, pelo prazo de 06 (seis) anos contados a partir da data de publicação desta Portaria, ao Sr. MARCELO LITTIG, CPF nº 080.598.147-02, doravante denominado Outorgado, o direito de uso de recursos hídricos, na modalidade de Autorização, para captação de água e lançamento de efluentes no Córrego Afluente do Rio Jucu - Braço Norte, Região Hidrográfica do Rio Jucu, município de Domingos Martins/ES, para fins de aquicultura, requerido por meio do Processo nº 2024-9GN8D, com as seguintes características:
I – Captação de água:

a) Coordenadas UTM do ponto de captação: 320876 E / 7755850 N, zona 24S, Datum WGS-84;

b) Dados da captação (valores máximos):

	JAN	*FEV*	*MAR*	*ABR*	*MAI*	*JUN*	*JUL*	*AGO*	*SET*	*OUT*	*NOV*	*DEZ*
Q (L/s):	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
h/dia:	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Nº dias:	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31

II – Lançamento de efluentes:
a) Coordenadas UTM do ponto de lançamento: 321057 E / 7756072 N, zona 24S, Datum WGS-84;

b) Dados do lançamento:

	JAN	*FEV*	*MAR*	*ABR*	*MAI*	*JUN*	*JUL*	*AGO*	*SET*	*OUT*	*NOV*	*DEZ*
Q (L/s):	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30	3,30
h/dia:	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Nº dias:	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31

b) Concentração máxima de DBO5 no efluente lançado: 7,50 mg/l;
c) Vazão máxima de diluição referente à DBO5: 2,06 l/s.

III - Finalidade de uso das águas: aquicultura (piscicultura - criação de tilápia).

Parágrafo único – As obras e serviços necessários ao uso de recursos hídricos de que trata esta Portaria serão executados às expensas do Outorgado e deverão ser iniciados no prazo de 02 (dois) anos e concluídos no prazo de 06 (seis) anos, contados a partir da data de vigência dessa.

Art. 2º Na hipótese de as vazões do curso de água, nos períodos de estiagem, atingirem volumes insuficientes para garantir simultaneamente a captação autorizada e a manutenção de fluxo residual a jusante igual a 11,34 l/s (40,82 m³/h), equivalente a 50% da vazão Q90 no ponto de captação, o Outorgado obriga-se a reduzir ou interromper a captação de modo a garantir o referido fluxo residual.

Art. 3º É condicionante desta Outorga, a ser cumprida pelo Outorgado no prazo definido:
I - Apresentar laudos laboratoriais de monitoramento da qualidade do efluente, conforme os critérios técnicos aplicáveis, abrangendo, no mínimo, os parâmetros DBO5 e fósforo total. Deverão ser realizadas 4 (quatro) campanhas anuais, uma a cada trimestre, durante a vigência da Portaria, com apresentação dos resultados à AGERH em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada ano de monitoramento.

2026-KJ4SLX - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/08/2026 15:09 PÁGINA 1 / 3

Art. 4º A Autorização, objeto desta Portaria, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – Descumprimento das condições estabelecidas nos arts. 1º, 2º e 3º;

II – Conflitos com normas posteriores;

III – Incidência no art. 29 da Lei nº 10.179, de 18 de março de 2014;

IV – Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se essa licença for necessária.

Art. 5º Esta Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – Quando os estudos de planejamento regional de utilização de recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – Quando for necessária a adequação para garantir as prioridades de uso previstas nos planos de recursos hídricos.

Art. 6º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente Autorização.

Art. 7º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pelo Outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º Esta Outorga poderá ser renovada mediante formalização de processo de renovação junto à AGERH, até o dia do término de sua vigência.

Art. 9º O uso de recursos hídricos objeto desta Outorga está sujeito à cobrança, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e arts. 30 e 31 da Lei 10.179, de 18 de março de 2014.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sob a forma de extrato.

[assinado eletronicamente]

JOSÉ ROBERTO JORGE

Diretoria de Gestão de Recursos Hídricos

2026-KJ4SLX - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/08/2026 15:09 PÁGINA 2 / 3

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

EDUARDO LOYOLA DIAS
GERENTE
GERE - AGERH - GOVES
assinado em 21/08/2026 14:03:18 -03:00

JOSÉ ROBERTO JORGE
DIRETOR SETORIAL
DRH - AGERH - GOVES
assinado em 21/08/2026 15:09:12 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 21/08/2026 15:09:12 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por EDUARDO LOYOLA DIAS (GERENTE - GERE - AGERH - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2026-KJ4SLX